

PERDA DO TERRITÓRIO, TURISMO SEXUAL E DIMINUIÇÃO DOS MARISCOS: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DO TURISMO INTERNACIONAL NAS COMUNIDADES BIJAGÓ DAS ILHAS BUBAQUE E RUBANE (GUINÉ BISSAU)¹

Amissão Jorge Nhiracó²

RESUMO

O estudo analisa os impactos sociais, culturais e territoriais da expansão do turismo nas ilhas de Bubaque e Rubane, pertencente ao arquipélago dos Bijagós na Guiné-Bissau. A pesquisa evidencia os conflitos gerados pela apropriação de espaços sagrados e comunitários por empresários e turistas estrangeiros, destacando a tensão entre a lógica mercantilista do turismo e a preservação das tradições locais. A organização social bijagó baseia-se em solidariedade e ancestralidade, é profundamente afetada pela territorialização do capital, que transforma espaços coletivos em mercadorias. Casos relatados mostram disputas por terras, invasões de locais sagrados, restrição de acesso a praia, aumento de comercialização dos mariscos, turismo sexual e processos de desterritorialização que fragilizam a identidade cultural e a coesão comunitária. Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e bibliográfico, com levantamento dos artigos científicos e fontes jornalísticas, além de entrevista com moradores locais. O trabalho contribui para a literatura acadêmica ao discutir como o turismo, embora produtor de “desenvolvimento” econômico externo, gera exclusão social, aculturação e conflitos de propriedade, colocando em risco a preservação cultural e espiritualidade das comunidades tradicionais. Os resultados apontam que a territorialização do turismo introduz novas formas de uso dos espaços, subordinadas à lógica mercantilista, gerando tensões entre preservação e participação das comunidades locais em seu planejamento.

Palavras-chaves: conflito fundiário; turismo sexual; Bijagó (povo africano) - usos e costumes; desapropriação.

ABSTRACT

This study analyzes the social, cultural, and territorial impacts of tourism expansion on the islands of Bubaque and Rubane, part of the Bijagós Archipelago in Guinea-Bissau. The research highlights conflicts arising from the appropriation of sacred and communal spaces by foreign entrepreneurs and tourists, underscoring the tension between the market-driven logic of tourism and the preservation of local traditions. Bijagó social organization, rooted in solidarity and ancestral ties, is profoundly affected by the territorialization of capital, which transforms collective spaces into commodities. Reported cases include land disputes, the encroachment upon sacred sites, restricted beach access, the increased commercialization of shellfish, sex tourism, and processes of deterritorialization that undermine cultural identity and community cohesion. Methodologically, the study relied on documentary and bibliographic research—surveying scientific articles and journalistic sources—as well as interviews with local residents. It contributes to academic literature by discussing how tourism, while generating external economic "development," fosters social exclusion, acculturation, and property conflicts, thereby jeopardizing the cultural preservation and spirituality of traditional communities. The findings indicate that the territorialization of tourism introduces new forms of space usage subordinate to market logic, creating tensions between preservation efforts and the participation of local communities in tourism planning.

Keywords: land conflict; sex tourism; Bijagó (African people) - uses and customs; expropriation.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Palermo Buti.

² Mestrando em Território, Ambiente e Sociedade pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Bacharel em Humanidades e graduando na Licenciatura em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca evidenciar os impactos culturais e territoriais da expansão do turismo e dos conflitos gerados pela apropriação de espaços para atividades turísticas voltadas ao público internacional nas ilhas de Bubaque e Rubane, na Guiné Bissau. Ambas as ilhas estão localizadas no sul da Guiné-Bissau em uma região insular, integrando o setor administrativo de Bubaque. Nas ilhas, a organização social é baseada em estruturas comunais dos grupos bijagós, compostos por membros que compartilham limites territoriais e são guiados pela autoridade dos anciãos e governos locais.

A organização social local é profundamente afetada pela territorialização do capital, que transforma espaços coletivos em mercadorias, provocando a desterritorialização e perda do vínculo das comunidades locais dos seus territórios, morada, trabalho e de sobrevivência. Casos observados mostram disputas por terras de relevância cultural e local; invasões dos espaços sagrados e de realização de cerimônias bijagó; restrição de acesso à praia para uso privado; aumento de comercialização dos mariscos para abastecimento nos hotéis e a sua diminuição para consumo e realização rituais local; aumento do turismo sexual nas propriedades hoteleiras para promoção do tal atividade (turismo); e processos de desterritorialização que fragilizam a identidade cultural e a coesão comunitária.

Segundo Fulano (2023), as comunidades locais apresentam uma forma de organização territorial comum, representando entidades sociais nas quais os atores se inserem em relações primárias, pautadas por intimidades e regras de orientação social. Na mesma perspectiva, Durkheim (2011), no seu trabalho “*Educação e Sociologia*”, define a comunidade tradicional do mesmo modo que como expressão da solidariedade mecânica, uma forma de organização social em que os indivíduos compartilham costumes, crenças e ascendência ancestral, construindo uma história comum.

Diante da recorrência de conflitos nas ilhas, o estudo propõe uma análise sobre a situação vivida pelas comunidades locais, considerando os impactos sociais, culturais e territoriais provocados pela expansão do turismo e pela lógica de apropriação econômica. Considerando estes desafios, este trabalho parte das seguintes questões: *Como o turismo afeta a cultura local, incluindo a preservação ou erosão das tradições e costumes? Quais os conflitos que surgem entre os moradores locais e os turistas, incluindo a questão da terra?* Nosso objetivo **Geral** é compreender como os conflitos se manifestam e se transformam entre diferentes culturas nos territórios das comunidades das ilhas de Bubaque e Rubane. Nossos objetivos **Específicos são**: Descrever de que forma o turismo impacta a economia local, bem

como a preservação e a transformação das tradições culturais nas ilhas de Bubaque e Rubane; e identificar os conflitos que emergem entre os moradores locais e os turistas, incluindo questões relacionadas à propriedade e às mudanças no estilo de vida nessas comunidades.

Este trabalho justifica-se pela percepção de que as ilhas estão se tornando palco de diversas atividades que impactam negativamente as comunidades locais. Além de prejudicar a cultura dos nativos, essas atividades alteram profundamente suas formas tradicionais de organização social. Os impactos observados têm gerado benefícios quase exclusivamente para turistas e empreendedores externos com grande poder econômico, que invadem espaços sagrados e adquirem terrenos a custo zero ou por valores irrisórios, visando lucros permanentes.

Embora existam alguns estudos que discutem os conflitos entre visitantes e comunidades tradicionais³, ainda há uma escassez significativa de produções acadêmicas que tratam especificamente de casos das ilhas de Bubaque e Rubane. Assim, este trabalho pode contribuir para uma revisão da literatura e para o aprofundamento dos estudos relacionados a essas dinâmicas socioculturais e territoriais.

A metodologia do trabalho caracteriza-se pelo estudo documental e bibliográfico, levantamentos dos materiais por fontes secundárias, como artigos nos portais das revistas científicas e portais jornalísticos na internet. Tivemos oportunidade, também, de consultar dois moradores de Bubaque: Buscardine e Fodé, que apresentaram alguns dos conflitos ocorridos localmente entre as comunidades e turistas, portanto, a conversa foi através da chama pelo whatsapp. Por ser guineense e, principalmente, pertencer ao grupo social bijagó, esse pertencimento foi a razão de ter presenciado alguns conflitos locais e poder relatá-los. Para Severino (2007), fontes bibliográficas tratam dos trabalhos no âmbito da reflexão teórica, tais documentos são basicamente os textos: livros, artigos etc. “A bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares [...] a escolha das obras deve ser criteriosa, retendo apenas aqueles que interessem especificamente ao assunto tratado” (Severino, 2007; p.134). Portanto, os métodos escolhidos começaram por: escolha e organização e delimitação do tema, perguntas de partida e objetivos; pesquisa dos textos, artigos, dissertações, teses, ensaios nos repositórios e revistas científicas; análise de fontes jornalísticas, entrevista com interlocutores, leitura e fichamento; organização e escrita do artigo; encontro de orientação e correção do artigo. Esses foram os processos da organização deste trabalho de modelo artigo.

³ Celeste Djassi (2022) no trabalho “*turismo comunitário e políticas públicas*”, traz abordagem de forma crítica aos impactos negativos do turismo nas ilhas bijagó; Araújo (2017); Tininguena (2013).

2 TURISMO NAS COMUNIDADES BIJAGÓS

A atividade turística se apresenta como um fenômeno social caracteristicamente moderno, por possuir a capacidade de conectar pessoas. Segundo a Organização Mundial do Turismo, “o turismo compreende o processo que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios [...]” (OMT *apud* Araújo, 2017 p.08). Diante dessa abordagem, percebe-se que o turismo constitui um campo amplo de possibilidades e, por isso, destaca-se como uma das atividades econômicas que mais crescem de forma acelerada em diversas partes do mundo.

Nesse sentido, o turismo

é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. [...] O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capitalismo, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias (Cariolando, 2003 *apud* Araújo, 2017, p. 9).

Portanto, devido a essa lógica de apropriação de espaços e lugares por pessoas com mais poderes econômicos para uma exploração definitiva, apresenta uma tendência geradora de conflitos, além de sustentar outros impactos negativos às comunidades locais.

Vale destacar que o arquipélago dos Bijagós, com autorização do governo guineense, foi declarado patrimônio mundial em 1996 (Fulano, 2023; Cardoso, 2011). Desde então, a região passou a atrair atenção internacional, tornando-se um dos principais pontos turísticos do país. Porém, as atividades turísticas tiveram início nos anos 1990 e vem se intensificando até os dias atuais (Carvalho, 2009).⁴

Com o crescimento dessas atividades, as ilhas passaram a atrair moradores para suas comunidades, além de empresários e empreendedores que obtêm altos lucros, muitas vezes sem oferecer condições adequadas para exercerem suas atividades. Esse movimento impulsionou o processo de compra e venda das terras. De forma ilícita, observa-se que, em muitos casos, os donos da terra são frequentemente influenciados e incentivados a venderem suas propriedades a baixo preço, sem ganhos significativos (Junior, 2022). Nos estabelecimentos construídos,

⁴ As atividades turísticas estão sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Turismo, órgão vinculado ao Ministério do Comércio, da Indústria e do Artesanato. No ano de 2000 a referida secretaria reconheceu a necessidade de investimentos em infraestrutura e financiamento para o desenvolvimento do setor, porém, nenhuma ação efetiva foi tomada. Isso evidencia a fragilidade estrutural do Turismo nas ilhas, afirma Junior (2022).

moradores locais acabam sendo empregados sem remuneração. Na maioria dos casos, os nativos são excluídos do mercado de trabalho ou exercer uma função menor.

A inserção da África na economia mundial há séculos está associada à apropriação, exploração e comercialização, por potências hegemônicas, de suas riquezas naturais, terras agricultáveis e da força de trabalho. Essa dinâmica representa uma inserção subordinada aos interesses dominantes e opressores dessas nações (Sansolo, 2011). Essa realidade ajuda a explicar as relações sociais presentes atualmente nas ilhas, marcadas por dominação cultural e controle sobre as organizações das comunidades locais, aprofundando desigualdades sociais que vêm se agravando historicamente.

O turismo, nesse contexto, surge como mais uma forma de repartição dos territórios bijagós, guiadas pelas demandas do mercado, especialmente pelas práticas dos turistas e grupos hoteleiros (Djassi, 2022). Isso gera um processo de territorialização do capital nas ilhas. No entanto, essas comunidades carecem de infraestrutura adequada para receber esse tipo de atividade, o que torna a relação com o turismo tensa e marcada por uma forma de subjugação cultural.

3 O SAGRADO NA VIDA E NO TERRITÓRIO BIJAGÓ

O arquipélago dos bijagós, localizado na Guiné-Bissau, ocupa um lugar de destaque no patrimônio natural da África Ocidental. Trata-se de um espaço cultural de valores preservados graças à profunda noção do sagrado que orienta as organizações sociais da região. Reconhecendo essa relevância, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) decretou no ano de 1996 o arquipélago como patrimônio mundial, sob a categoria da reserva da biosfera. A partir de então, institui-se a relevância deste território para o Estado guineense (Cardoso, 2011; Carvalho, 2009; INE, 2009).

Grande parte dos habitantes das ilhas segue a religião ancestral animista. Acreditam que entidades sobrenaturais habitam diversos espaços naturais públicos, como ilhas, praias, matas, florestas e mar. Segundo Descola (*apud* Saraiva, 2015), o animismo “é a crença na existência de princípios estruturais próprios aos seres naturais, seres com quem os homens podem estabelecer relações pessoais de proteção, sedução, hostilidade, aliança ou troca de serviços” (Saraiva, 2015, p.12). Essa cosmovisão expressa uma forma particular de relacionar-se com a natureza e o mundo.

Diversos desses espaços são reservados para práticas rituais e religiosas, agricultura e outras atividades sociais, sendo, portanto, considerados sagrados⁵. Os bijagós mantêm sítios de importância simbólica e espiritual, utilizados como referência para a vida coletiva e para a preservação da cultura local. Na prática cotidiana, essa espiritualidade está intimamente conectada com a natureza e com os papéis sociais. Algumas ilhas, como Rubane, são historicamente protegidas da mercantilização, da habitação permanente⁶, e reservadas exclusivamente às práticas religiosas e agrícolas dos Bijagós (Cardoso, 2010).

Saraiva (2015), ao trazer a relação da espiritualidade e território, entende que a sacralidade, muitas vezes, é mobilizada como ferramenta de proteção de bem comum e privado, frente às ações predatórias e individuais. Os espaços sagrados, como florestas, costumam ser isolados, regidos por regras simbólicas e culturais que regulam as atividades sociais. Essa perspectiva ritual e funcional do sagrado atua como instrumento prático de controle social, estreitamente associada à natureza e à vida coletiva.

Para os Bijagó, a crença nos espíritos menores e no ser supremo fortalece os laços comunitários, criando um senso compartilhado de identidade e propósito. Essa conexão espiritual contribui para a estabilidade e para a transmissão intergeracional dos valores culturais. Muitos desses lugares sagrados são cenários de culto cerimoniais. As praias, por exemplo, são espaços de significação cultural e econômica, utilizados para coleta de moluscos, pesca costeira, lazer e rituais de iniciação. Contudo, tais lugares têm atraído crescente interesse externo, levando à comercialização e à exploração capitalista, o que transforma seus sentidos sociais e culturais (Cardoso et al, 2008).

A tradição cosmológica bijagó apresenta uma estrutura dual: o plano espiritual e o plano material. Os espíritos menores⁷ (erandé⁸, orebok⁹), desempenham funções essenciais na regulação dos eventos locais e no equilíbrio comunitário, enquanto o ser supremo (Nindó¹⁰) governa os processos em escala global. Na cosmologia bijagó, tais entidades são guardiões do cotidiano e estão integrados ao meio ambiente, rios, florestas, praias, reforçando o papel do sagrado na manutenção da vida nos territórios (Canto, 2020; Saraiva, 2015).

⁵ O sagrado é entendido como lugar ou espaço importante e restrito a contato humano, que contém os espíritos protetores. Portanto, a visão do sagrado para a tradição bijagó diz respeito ao imaterial e o material.

⁶ Para os Bijagó, permanecer nestes lugares enfraquecerá ou amaldiçoará a terra e os cultos religiosos ali realizados.

⁷ Seres sobrenaturais, as forças vitais, que existem em toda parte, que devem ser cultuados e dos quais se recebe a proteção.

⁸ Estatuetas esculpidas com aparência humana para serem cultuados, e acreditam que são possuídos por um espírito sobrenatural.

⁹ É entendido como uma alma de um ancestral encarnado em objeto e em algumas estatuetas cultuadas.

¹⁰ Deus, o criador de tudo que existe na Terra/Univereso.

Canto (2020) aborda a questão cosmológica dos bijagós de forma integrada, trazendo a “*ancestralidade à cultura marítima*”, mostrando como esses elementos estruturam a visão do mundo deste povo. A cosmologia aparece como a parte inseparável da religiosidade, dos rituais e da organização social, sempre dialogando com a vida como eixo simbólico.

Os espaços religiosos representam relações com a ancestralidade, sustentando a identidade e a resistência cultural. A religiosidade dos bijagós parte da crença na existência de espaços que abrigam os espíritos. O autor afirma que os membros da comunidade frequentam cotidianamente esses espaços de culto aos ancestrais, práticas que constituem parte essencial da vida religiosa. Segundo Canto (2020) os bijagós “acreditam em forças supremas que estão representadas não só pelas forças naturais, mas também por forças voltadas às atividades nas quais o grupo está envolvido” (Canto, 2020, p. 36).

Na visão bijagó, a natureza é considerada como um ente sagrado que mantém a relação entre os seres humanos e os demais elementos do mundo (Cardoso, 2013). Segundo Dulley (2004) e Lepietz (2002), a natureza pode ser entendida a partir das relações sociais, nas quais orientações culturais (relações humanas) são levadas a conhecer e modificar o ambiente natural. Tudo o que não sofre influência humana permanece como natureza pura, gradualmente assumindo a forma do ambiente e oferecendo os elementos necessários à sobrevivência humana.

Essa compreensão cosmológica permite entender como o povo Bijagó se relaciona com os demais seres do seu entorno. Sob essa perspectiva, os bijagós estão inseridos em um mundo movido pela religiosidade, no qual os interesses individuais são transcendendo em favor de uma aspiração de comunhão com a natureza. Essa conexão profunda é essencial para compreender a forma como os Bijagós concebem sua relação com o mundo.

Evans (2004) define a cosmovisão como uma “lupa intelectual” pela qual interpretamos nossa relação com meio ambiente. Para Nort (2022), trata-se de uma rede expandida de crenças alinhadas de forma consistente. Já Sire (2018) entende a cosmovisão como uma orientação ética expressa por um conjunto de pressupostos que fundamentam nossas experiências e percepções sobre a realidade. As concepções desses autores convergem para uma visão tradicional na qual o homem se percebe como integrante de meio natural, participando de uma transição cósmica.

Enquanto na perspectiva ocidental o projeto de vida frequentemente se orienta pela dominação e transformação da natureza, buscando vantagens econômicas e status social (Domingos, 2011; Leef, 2011), a cultura tradicional sempre propõe uma relação recíproca com a natureza. Essa interação não é apenas técnica, mas baseada em respeito, participação e

complementaridade. Portanto, o meio ambiente é uma fonte de valores existenciais e de sobrevivência (Cardoso, 2020).

As forças religiosas estão diretamente ligadas à natureza, com a qual os bijagós se relacionam cotidianamente: a floresta, o mar e a praia. Esses elementos participam da vida diária da comunidade. Nas florestas são retiradas as estatuetas que cultuam, acreditando que incorporam os espíritos ancestrais, além de remédios tradicionais usados em cerimônias e curas tradicionais, ainda usadas para cerimônias de iniciação. Principalmente os dendezeiros exercem papel fundamental na vida das comunidades e na religião. Sua gestão é rígida, pois a seiva (vinho de palma), frutos e óleos obtidos da planta são usados nas cerimônias religiosas (Mendes, 2017).

As praias conectam-se ao mar, de onde se extraem alimentos para sobrevivência e para realização de rituais. A coleta de mariscos, o *combé* (molusco) é o mais extraído pelas comunidades. Tradicionalmente sua coleta é feita pelas mulheres, e este alimento está ligado a uso cerimoniais e complementar nas refeições (Sanó, 2011). Esses lugares imprescindíveis para os modos de vida Bijagó tornam-se pontos estratégicos para empresários e turistas que instalam seus hotéis, gerando renda privada. Essa ocupação tende a limitar o acesso às suas principais fontes econômicas, gerando impactos negativos e conflitos, como veremos na seção seguinte.

4 CONFLITOS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS NAS COMUNIDADES BIJAGÓS

Nesta seção pretendemos abordar os conflitos gerados pela territorialização do turismo internacional nos territórios Bijagós. Aqui o conflito aparece como uma disputa dos espaços entre as comunidades locais e empresários turistas. Dos Santos Soares (2013), no seu trabalho relacionado a *comunidades de Tabus*, define o conflito como ações humanas que provocam as mudanças sociais, econômicas e ambientais, principalmente nas atividades turísticas não planejadas. Valentin Smith (1977), em sua análise sobre turismo em comunidades locais, considera os turistas como “hóspedes” e potenciais promotores de conflitos culturais. Esses conflitos aparecem, principalmente, quando interesses econômicos como o empreendedorismo turístico cruzam e sobrepõem as relações dos moradores locais com seus lugares e modos de vida.

4.1 A PERDA DAS TERRAS

Pretendemos destacar alguns casos que ajudam a compreender o que está acontecendo nessas localidades. Os problemas mais frequentes ocorrem nas comunidades de *Bijante* e *Ancamona*, duas aldeias situadas na Ilha de Bubaque. Ambas as comunidades reivindicam a posse da Ilha de Rubane, uma pequena ilha localizada em frente ao porto principal de Bubaque. Como informado, embora não haja moradias, a Ilha Rubane é considerada sagrada pelas comunidades locais de outras ilhas, incluindo Bubaque. O cotidiano do bijagó é profundamente enraizado no sagrado, e a ilha é destinada a atividades agrícolas e cerimônias tradicionais.

A Ilha Rubane está dividida entre as linhagens das duas aldeias mencionadas, sendo que um pequeno caminho no centro da ilha marca a linha divisória. Um dos conflitos recentes ocorreu quando os aldeões de Bijante venderam, sob pressão, uma parte da ilha pertencente a comunidades de *Ancamona* à empresários franceses e espanhóis. Isso gerou um impasse: os habitantes de *Ancamona* paralisaram as obras em andamento, e o empresário espanhol ficou sem retorno financeiro e sem acesso ao espaço adquirido de forma ilícita. Um espaço específico, chamado *Anghakenó*, é reservado para os rituais de início do ano agrícola e de iniciação, tanto para homens quanto para mulheres.

Em 2019, um turista chamado Da Costa comprou um terreno na praia de *Brus*, em Bubaque. Após a aquisição, passou a impedir que os jovens realizassem atividades de lazer no local. Isso gerou protestos por parte dos jovens, porque os anciãos haviam vendido o espaço, mas a intenção dos jovens era que o lugar fosse apenas alugado temporariamente, e não vendido. O ex-deputado da Guiné Bissau e reconhecido na ilha, Francisco Conduto de Pina (Conduto), teve que intervir, sensibilizando a comunidade sobre os riscos de vender seus espaços, especialmente a preços baixos, para empreendedores que lucram permanentemente com eles.

Na conversa que tivemos com Fodé Fati¹¹, morador da aldeia *Ankamona* em Bubaque, ele informou que no ano 2021 alguns moradores de *Bijante* foram influenciados a vender um espaço da comunidade. O caso foi descoberto posteriormente, e o comprador teve que devolver a área aos seus legítimos donos. Dialogamos também com o ancestral morador e natural de Bubaque, Buscardine Correia¹², que mostrou que, no mesmo ano de 2021 surgiu o interesse de um turista Marroquino em adquirir um espaço localizado na linha divisória da praia, pertencente

¹¹ Conversa realizada no dia 10 de setembro de 2025.

¹² Conversa realizada no dia 10 de setembro de 2025.

às comunidades *Ankamona* e *Bijante*. Do total da área, apenas 9 metros pertenciam à *Bijante*, enquanto a maior parte estava sob domínio da comunidade *Ankamona*.

Durante a negociação, a comunidade *Ankamona* alegou que iria presidir todo o processo e reivindicou 60% do valor total a ser pago, mesmo possuindo a menor parte do terreno. Essa decisão gerou conflito, pois *Ankamona* negociou sem o consentimento dos responsáveis da comunidade *Bijante*. Diante do desentendimento, o espaço pertencente à *Bijante* foi devolvido, e *Ankamona* acabou cedendo ao comprador outro espaço.

Segundo relato de Buscardine Correia:

O turista havia iniciado a construção de seu estabelecimento sem o nosso consentimento (da comunidade Bijante). Em resposta, os moradores foram ao local e derrubaram as paredes da construção, como forma de resistência de defesa de seus direitos. Após o episódio, o turista enviou um e-mail à comunidade Bijante, perguntando o valor pelo qual estariam dispostos a vender sua parte do espaço. A comunidade respondeu que sua intenção não era vender, mas sim alugar o espaço por um período determinado (Buscardine Correia, 10 de setembro de 2025).

Buscardine acrescenta que a resposta gerou a reação agressiva do comprador, que insultou os moradores chamando-os de “lixo” e alegou ter sofrido um prejuízo de cerca de 20 milhões de euros devido à destruição da construção. Ele afirmou que a comunidade arcará com esse valor. Em contrapartida, os moradores cobraram indenização pelas árvores, plantas comestíveis e algumas casas que estavam localizadas no espaço e foram afetadas pela intervenção do empresário. Buscardine afirma que o caso até chegou ao tribunal.

A territorialização do turismo apresenta-se como apropriação e reorganização de espaços pelo capital, mediada pelo poder, transformando espaços tradicionais em lógicas subordinadas ao mercado, e introduzindo novas formas de uso (hotéis para atividades lucrativas), com impacto de exclusão social. Benincá *et al.* (2020) segue a mesma linha crítica, ressaltando os efeitos sociais, ambientais e econômicos da territorialização. Para estes autores, trata-se de um processo que reorganiza o espaço de forma parcial e excludente, marcado pelo poder e contradições.

Haesbaert (2024) enfatiza que os processos de territorialização e desterritorialização são fundamentais para compreender as ações nas dinâmicas sociais e espaciais. No caso das comunidades de Bubaque diante da ocupação dos seus espaços para o turismo, a territorialização definiu o papel de relação de uso dos espaços e de atividades e introduziu novos elementos nas comunidades.

Outro caso ocorreu em Ponta *Anxaka*, em Rubane, envolvendo a empresária francesa Solange e a comunidade de *Bijante*. Ela negociou a posse do local prometendo fornecer telhas

de zinco para cobrir todas as casas da aldeia. Portanto, não cumpriu integralmente a promessa, beneficiando apenas parte da comunidade. Isso gerou um outro conflito, especialmente porque a empresária já havia construído hotéis de luxo na área, cuja construção teve a duração de três anos, finalizada em 2007. A empresária ocupou a área estratégica da ilha Rubane, construiu o seu hotel logo na parte que fica frente ao porto principal de Bubaque. Além desta, há outras propriedades pertencentes à empresária. Em 2023, houve o caso do empresário Bob, que adquiriu ilegalmente um terreno na Ilha de Rubane.

É sabido que os compradores têm a consciência da importância cultural e espiritual desses espaços para as comunidades locais. Ainda assim, insistem em adquiri-los, mesmo sabendo que, em caso de conflito, terão que devolvê-los. As razões são claras: as compras são ilegais, induzem os moradores a venderem suas terras e envolvem lugares sagrados, de lazer e de extração ou coleta de alimentos dos bijagós. Isso demonstra que o turismo pode provocar profundas alterações culturais, afetando valores, normas e identidades culturais.

Segundo Buscardine:

Isso estende-se ao uso dos espaços de preservação cultural. É observado que, durante a realização das cerimônias de iniciação feminina, ocorre a invasão de lugares sagrados por turistas. Nesse período, a entrada é restrita apenas às pessoas indicadas ou legítimas segundo a categoria de idade cultural, justamente para garantir a preservação das práticas tradicionais” (Buscardine Correia, 10 de setembro de 2025).

Buscardine conclui que “os turistas acabam desrespeitando essas regras, invadindo os espaços, tirando fotografias e divulgando-as nas redes sociais. Essas atitudes configuram violações que representam não apenas a quebra das normas culturais, mas também o desrespeito e a inferiorização da cultura local”. Assim, a presença indevida de visitantes em momentos sagrados evidencia a tensão entre o turismo e a preservação cultural, mostrando como práticas externas podem ameaçar tradições que têm profundo valor simbólico e social para as comunidades locais.

Recentemente, aconteceu o caso idêntico ao de 2019 já relatado nesta seção. Segundo notícia veiculada pela Rádio TV Bantaba¹³ em 15 de maio de 2026, estudantes denunciaram a restrição de acesso à praia de Brus, Bubaque. O episódio ocorreu durante uma visita acadêmica da Universidade Colinas de Boé (Bissau), quando um grupo foi abordado por uma senhora que exigiu a saída dos visitantes, alegando que a praia “lhe pertence” e que deveria garantir conforto

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/radiobantaba/posts/estudantes-denunciam-restri%C3%A7%C3%B5es-de-acesso-%C3%A0-praia-de-bruce-em-bubaquea-alegada-l/1289745119981567/>.

e segurança aos hóspedes de uma unidade hoteleira próxima. Questionada sobre a legalidade da restrição, a empresária não apresentou qualquer documentação comprobatória. O caso repercutiu amplamente nas redes sociais, gerando debate público.

Diante disso, surgiu o questionamento: “até que ponto um espaço balnear pode ter acesso condicionado por interesses privados?” A legislação guineense, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5/98, estabelece que “na República da Guiné-Bissau, a terra é propriedade do Estado e patrimônio comum de todo povo” (Decreto-Lei da Terra, 1998). Isso implica que os recursos naturais não podem ser privatizados sem respaldo legal, sendo necessária documentação oficial que comprove tal direito.

A praia de *Brus*, há décadas utilizada por habitantes locais e visitantes da zona continental, consolidou-se como um dos espaços mais famosos do arquipélago, importante para o lazer e a convivência social. No entanto, o avanço de atividades turísticas tem gerado preocupação, pois frequentemente ocorre a apropriação de espaços coletivos para interesses particulares, muitas vezes de forma ilegal.

Esse processo pode ser compreendido como uma forma de territorialidade, uma estratégia de dominação que busca controlar espaços e influenciar comportamentos. Conforme define Haesbaert (2021): a territorialidade é um processo no qual o espaço é diferenciado pelos seus ocupantes, apresentado o “vivido territorial por uma coletividade”. Assim, a territorialidade expressa não apenas o controle físico de espaço, mas também a imposição de valores, práticas e significados que reconfiguram o modo de vida das comunidades tradicionais.

A forma de ocupação e uso do espaço atualmente nas ilhas de Bubaque e Rubane influenciou diretamente no modo de vida nas ilhas, incluindo os jovens explorados pelos hotéis através da prostituição e do trabalho mal remunerado. Muitos se alinham à modernidade e à lógica capitalista, desterritorializando práticas locais, porém, perdendo as suas essências culturais e dos seus corpos. Nesse sentido, a territorialização do turismo pode ser entendida como processo de aculturação, no qual a visão coletiva local é substituída por uma lógica mercantilista.

No trabalho de Ramos (2013) sobre “*turismo e cultura*”, o antropólogo Nuñez propõe que o turismo seja compreendido como aculturação, “já que os impactos naquela localidade provocaram rápidas e dramáticas mudanças nos padrões do uso da terra, no sistema de poder local, em segmentos da economia e no sistema de valores” (Ramos, 2013; p.930). O autor ressalta que se trata de um processo não isolado, pois a perda de vínculos em determinado espaço é acompanhada pela apropriação e criação de novos vínculos. Isso torna perceptível nas

comunidades locais, as ideias de caráter mercantilista e exploratório acabam por forjar uma desvinculação que desrespeita a política de organização voltada à coesão social.

Moura et al. (2025) explica a desterritorialização como um processo de remoção forçada de comunidade de seus territórios, rompendo a relação material e imaterial entre os sujeitos e o espaço que habitam. Trata-se, portanto, de uma forma radical de expulsão que, além de afetar o papel social e econômico dos espaços, provoca uma ruptura nas práticas culturais que sustentam a política social da comunidade. Em termos gerais, o processo é entendido como a desvinculação entre o povo local e seus espaços.

4.2 O TURISMO SEXUAL

Correia Junior *et al.* (2022) destaca que o turismo na ilha tem gerado aumento da criminalidade, prostituição de desrespeito à cultura local. Por isso, Djassi (2022) defende a participação ativa das comunidades locais no planejamento turístico. Essa visão é compartilhada pela IMVF e Tinguena (2013), que propõem a regulamentação das práticas turísticas no arquipélago como forma de proteger os interesses e a cultura das comunidades bijagós.

Nesse sentido, algumas denúncias vêm sendo feitas por parte de moradores locais e grupos ligados à sociedade civil sobre casos do turismo sexual nas ilhas. Porém, a situação econômica e política do país parece constituir um empecilho no controle das atividades ilícitas no arquipélago. No ano de 2017, o governo mostrou preocupação em aumentar a segurança para manter atividades turísticas, sem levar em consideração a vida e preocupações das comunidades locais.

Segundo o portal de notícias DW¹⁴, em 2017 o empresário Adelino Costa (Dakosta) manifestou descontentamento com relação às atividades que acontecem nas ilhas de Bubaque e Rubane e chegou a apelar ao governo para tomar medidas para combater esse fenômeno. Ainda acrescentou que *“é um problema muito maior do que os nossos olhos podem atingir, porque é um problema que não se vê e é aí que começa”* (DW, 2017).

Por outro lado, numa entrevista dada à DW, Domingos Simões Pereira afirmou que o governo local é cúmplice por fingir não ter conhecimento do acontecimento. Em contradição, o ministro do turismo guineense na época, Fernando Vaz, desmentiu essas afirmações em outra entrevista à DW. Afirmou que não acontecem atividades ilegais no arquipélago enfatizando ser

¹⁴ DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ministro-do-turismo-da-guin%C3%A9-bissau-nega-narcotr%C3%A1fico-nos-bijag%C3%B3s/a-38107433>.

“um dos lugares mais seguros do mundo”. Concluiu que anualmente o lugar recebe por volta de 40 mil turistas (DW, 24.02.2017). Portanto, essa afirmação do ministro mostra a falta de atenção e controle das atividades licenciadas pelo seu ministério, diante das muitas denúncias feitas frequentemente pelos moradores locais.

Em outro momento, Fernando Vaz descreveu à DW que atividades ilícitas são coisas que eventualmente acontecem em qualquer país turístico, garantindo que já houve um aumento de segurança local. Devido a isso, o turismo no país está mais seguro em relação aos outros países vizinhos (DW, 24.02.2017). Posteriormente, em 2023, outros denunciante alegaram a existência de turismo sexual nas ilhas. Afirmaram que tudo acontece nos hotéis pertencentes aos proprietários nacionais e estrangeiros, envolvendo jovens das comunidades locais e, supostamente, da zona continental.

Ainda no ano referido, foi emitido um despacho pela Secretaria de Estado do Turismo que proibia a entrada das jovens nos hotéis sem acompanhantes. Infelizmente, houve descumprimento por parte dos proprietários, que veem essas práticas como uma atividade lucrativa, já que influenciam diretamente na hospedagem dos turistas (DW, 10.11. 2023).

O presidente da Associação dos Jovens da ilha de Bubaque, em explicação à DW¹⁵, afirmou que prevalece o turismo sexual: *“aqui em Bubaque é o palco central de toda essa situação”*. Ele responsabiliza a autoridade local (delegacia do turismo) por não tomar medidas para pôr fim à prática, acrescentando: *“eles só se importam com a cobrança do imposto turístico aos hotéis”*. Além disso, trabalhadores de diferentes hotéis confirmaram que meninas menores de 18 anos frequentam esses locais, o que torna a situação ainda mais grave (DW, 10.11.2023).

Em 2021, a Rede de Crianças e Jovens Jornalistas relatou a situação de crianças exploradas nos hotéis locais. Os proprietários aproveitam-se das condições vulneráveis desses jovens para manipulá-las. Na época, o jurista Cabi Sanhá lamentou o desinteresse das autoridades e propôs a criação de uma legislação que colocasse fim a essa atividade (DW, 10.11.2023). Como não há legislação específica contra a prática, ela cresce cada vez mais e se torna uma das maiores preocupações para os familiares locais.

A DW também informou que, em algumas ocasiões, a Secretaria de Estado do Turismo se recusou a conceder entrevistas ou declarações sobre o assunto. Isso evidencia que o Estado da Guiné-Bissau não leva em consideração o problema e não demonstra intenção de combatê-

¹⁵ DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/novas-den%C3%Bancias-sobre-turismo-sexual-na-guin%C3%A9-bissau/a-67371727>.

lo. Recentemente, em entrevista concedida à Rádio Sol Mansi¹⁶ em 26 de agosto de 2025, o atual Ministro do Turismo, Secuna Baldé, denunciou hotéis turísticos que utilizam menores em seus estabelecimentos. Ele propôs o uso obrigatório de câmeras de vigilância nesses espaços turísticos e destacou que crianças e jovens estão vulneráveis à exploração sexual. Segundo Baldé:

Nossos adolescentes são vulneráveis, por isso o governo é pessoa de boa-fé e, neste caso, queremos chamar atenção pelas informações que nos chegam, que dão conta do aliciamento das crianças nos hotéis e apart-hotéis do país. Não podemos permitir que pessoas se aproveitem das fragilidades das nossas crianças para desenvolver turismo sexual (RSM, 26.08.2025).

Apesar das várias denúncias e críticas ano após ano, alguns operadores turísticos continuam a tirar proveito dos adolescentes para promover o turismo. Observa-se um aumento das práticas em períodos festivos como Páscoa, primeiro de maio, final de ano, além dos períodos normais, como finais de semana. Adolescentes e jovens viajam para as ilhas de Bubaque e Rubane, onde acabam se envolvendo. Inclusive, os moradores das ilhas, em sua maioria carentes de informação, são frequentemente explorados por meio de trabalho forçado ou prostituição.

Haesbaert (2021) em *“Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais”*, propõe um pensamento mais amplo sobre o território. O autor afirma que, por ser um espaço de controle, acesso, domínio e apropriação, o território é indispensável à manutenção da vida dos povos originários e comunidades locais. Além disso, por ser espaço onde forças de poder são exercidas para o controle, o território assume caráter simbólico e funcional.

A perda desse controle, para os povos originários, ao contrário de um empresário capitalista, por exemplo, representa muito mais do que a perda de uma base de recursos – a ameaça a um território indígena significa a perda de todo um modo de vida, uma concepção de mundo, ligada de forma imanente à terra e a um conjunto de referenciais simbólicos aí envolvidos (Haesbaert, 2021, p. 86).

Portanto, essa consideração amplia a compreensão da interdependência entre o material e o imaterial na experiência humana da territorialidade. A ênfase dada ao território pelos povos locais se manifesta como forma de resistência, ao mesmo tempo em que enfrentam atividades que ameaçam suas práticas tradicionais de uso territorial. Esse embate torna-se perceptível nos espaços das comunidades das duas ilhas: de um lado, o sistema que busca resistir e preservar

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/radiosolmansi.net/posts/turismo-ministro-do-turismo-denuncia-aliamento-de-menores-e-exige-c%C3%A2maras-de-v/1267960318676644/>.

os modos de vida locais, de outro, a pressão do capital que ameaça desterritorializar essas práticas.

Lefebvre (2000) argumenta que o espaço é socialmente produzido e composto por três dimensões: o espaço vivido, percebido e compreendido. Ele destaca que os espaços simbólicos, quando transformados em mercadorias turísticas, passam por um processo de “turistificação”. Frattucci (2008) complementa que os espaços turísticos são formados por redes descontinuas e articuladas, envolvendo diversos agentes: turistas, mercado e comunidades locais, ambos com diferentes objetivos de apropriação. Harvey (2010) responsabiliza o capitalismo por transformar os espaços em objetos de consumo, o que frequentemente gera desigualdades sociais e econômicas, desfavorecendo as comunidades locais. Percebe-se os espaços estão sendo criados para serem territorializados a partir da desterritorialização forçada destes, porém, reconfigurá-los à modo de produção capitalista.

4.3 A COMERCIALIZAÇÃO DO *CAMBÉ*

De alimento da economia local, o marisco localmente conhecido por *cambé* foi introduzido nas demandas turísticas. Assim, vinculado ao consumo tradicional para segurança alimentar, este marisco passou a ser explorado comercialmente devido às demandas dos hotéis turísticos. Isso resultou em extração excessiva nas praias, além da interdição dos locais de extração por parte dos hotéis.

Segundo Sanó (2020),

a pressão do mercado arredor influenciou modos de produção em várias atividades a nível local, consequentemente induzem aos impactos no ambiente, gerado, muitas vezes, pela presença de comerciantes. Essas atividades constituem um fato recente de utilização de recursos opostos às formas tradicionais de exploração. Portanto, constituem evoluções recentes que venham a modificar as regras e o ritmo da exploração e uso de mariscos em diversas escalas (Sanó, 2020 p. 22).

O aumento das atividades turísticas implicou novas formas de atividade econômica em todos os valores culturais, alterando a lógica tradicional. As práticas que não eram permitidas (comercialização dos mariscos e privatização dos espaços), atualmente tornaram uma atividade normal de obtenção de lucro. Novas lógicas da relação social voltadas para mercantilização emergiram, atendendo ao capitalismo.

Os bijagós acreditam que vender os mariscos traz maldição. Orebok, protetor do mar, amaldiçoará as comunidades e levará à escassez em toda parte da Ilha. Assim, como transportá-

los para o continente, também acreditam que acontecerá o mau tempo e a canoa ou embarcação não chegará ao seu destino. Por esses motivos que tudo era consumido dentro da ilha, nas refeições e utilizados, principalmente nas cerimônias, mantendo seus valores culturais.

Enquanto isso, as suas preocupações centram-se nas invasões turísticas a todos os valores culturais existentes na ilha, sem mínima restrição. Atividade turística, como hotéis, restaurantes, invasão às áreas consideradas sagradas para os bijagós, reservados para práticas religiosas. Isso tornou a vida dos locais mais cara, os alimentos e os produtos que eram fáceis de acesso tornaram-se difíceis.

No entanto, atualmente na ilha os moradores enfrentam prejuízos ligados a essa realidade cultural e de exploração, muitas comunidades ficaram com espaços reduzidos de culto religioso, e sem mariscos para o sustento e cerimônias, restrito ao uso dos seus espaços. Portanto, com toda essa situação não houve alguma melhoria em termos da infraestrutura local. Caso houvesse um turismo de fato “sustentável” na região, as condições seriam melhoradas para as comunidades locais, mas isso não é verificado em Bubaque e Rubane.

Segundo Abreu (2012, p. 8) o “desenvolvimento” pode ser entendido como “o conjunto dos processos de recomposição socioeconômica, geograficamente diferenciada, introduzidos pela expansão e aprofundamento de modo de produção capitalista”. No arquipélago, a produção capitalista avançou, invadindo os modos tradicionais de produção e reprodução social. Apesar disso, não houve melhorias significativas nas infraestruturas locais, e essa carência reflete a situação atual da região. Essa ausência de investimentos influencia diretamente a forma como as atividades turísticas e o empreendedorismo se expandem, muitas vezes sem condições adequadas para se desenvolver. Nesse sentido, não é possível tratar o aumento da exploração turística como sinônimo de desenvolvimento. No entanto, todo esse processo, em outro ponto de vista, pode ser observado como processo de mercadorização e monopólio dos espaços.

Nesse contexto, a crescente aquisição de terras frente aos lugares de extração de mariscos é influenciada pelo empreendedorismo turístico, onde muitos buscam integrar-se a novos estilos de vida, frequentemente às custas das comunidades locais. Em grande parte, essas terras são de uso coletivo. Os habitantes da ilha de Bubaque e Rubane enfrentam o desafio de conciliar suas tradições (seus costumes e valores praticados e que movem as comunidades locais) com a intensificação das práticas turísticas que não se alinham à cultura local.

O fenômeno da globalização tem acelerado a circulação de ideias, valores e estilos de vida entre as sociedades, provocando o surgimento de desafios significativos, tais como o aumento das desigualdades socioeconômicas, conflitos culturais e questões ambientais. De acordo com Gonçalves (2005), a globalização constitui um processo multifacetado que

transcende os limites econômicos, abrangendo também dimensões sociais, culturais, políticas e pessoais. Essa transformação tem reconfigurado as relações entre a sociedade e o Estado, exigindo uma revisão do papel do estado nacional em um cenário internacional cada vez mais interconectado.

Nesse contexto, a integração global do mercado, dos fluxos de capital e das cadeias de produção tem modificado profundamente o cenário econômico mundial. A soberania dos Estados nacionais vem sendo desafiada por forças supranacionais e atores não estatais, ao passo que os modelos de negócios e a competitividade são impactados pelas cadeias de produção transnacionais. Além disso, as intenções de trocas culturais entre sociedade têm se intensificado, influenciando diretamente os padrões de vida e os valores sociais. Gonçalves enfatiza que esse processo não apenas transforma estruturas econômicas, afeta subjetividades, identidades culturais e práticas sociais em escala global.

O turismo se encontra numa fase crescente no país, com maior incidência nas zonas rurais, visitadas por turistas nacionais e internacionais. O arquipélago dos bijagós tornou-se o lugar com maior atração e interesse, em razão das ilhas, mar e praias, “principalmente a ilha de Bubaque que, por sua vez, tornou-se o destino turístico mais visitado dentre as ilhas. Em razão da sua localização e dos ecossistemas e biodiversidade marinha, e rica cultura ligada à natureza” (Djassi, 2022, p. 19).

Isso evidencia que quaisquer lugares com características naturais singulares se tornam inevitavelmente atrativos ao turismo, transformando-se em espaços de constante visitação humana. Segundo o economista José Nico Dju, em entrevista à RFI¹⁷ no dia 07.12.2025, o turismo, apesar de não ser um grande setor de rendimento, mostra-se promissor. Até o período de 2025, representava cerca de 1% do Produto Interno Bruto da Guiné-Bissau.

Celeste Djassi (2022) aborda de forma crítica os impactos negativos do turismo nas ilhas dos bijagós. Embora reconheça a atividade turística positiva em termos de geração de renda ao governo, destaca que existem efeitos negativos inegáveis sobre as comunidades locais. O turismo, por ser exercido de modo privado e concentrador de renda, domina as relações econômicas e econômicas locais, resultando em exclusão social. Como afirma Irving (2009, apud Djassi, 2022, p. 17), “o desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, e tem sido frequentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social”.

¹⁷ Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/reportagem/20251207-guin%C3%A9-bissau-do-promissor-ao-prec%C3%A1rio-turismo-afectado-pelo-alegado-golpe-de-estado>

Apesar disso, Djassi (2022) ressalta que algumas organizações nacionais e locais têm atuado em defesa das comunidades: “as comunidades, como algumas ONGs nacionais, em especial Tininguena (esta terra é nossa), da Guiné-Bissau, [...] e algumas associações locais estão cada vez mais juntos à comunidade, acompanhando seus problemas diários e atentos em combater as práticas nocivas e ameaçadoras que o turismo causa, tanto no meio ambiente quanto na sociedade em geral” (Djassi, 2022, p. 21).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As descrições e abordagens mostradas no presente artigo indicam que a percepção das comunidades em relação às atitudes de turistas e empresários estrangeiros é preocupante, especialmente diante das atividades negativas ocorridas. A presença desses grupos nas comunidades da ilha tem se tornado cada vez mais comum, porém, essa expansão tem impactado negativamente os padrões de vida locais.

Observa-se que as atividades introduzidas por turistas e empresários têm gerado desigualdades locais no tecido social coletivo, sendo vistas como prejudiciais por não trazerem benefícios concretos às comunidades. Em geral, os moradores não têm oportunidades de participar nas tomadas de decisões, os empregos gerados não oferecem boa qualidade para os jovens e, frequentemente, há desrespeito aos limites culturais. Como consequência, muitos nativos se sentem excluídos e passam a rejeitar a presença de turistas e empresários estrangeiros em suas comunidades.

Para que o turismo seja considerado uma atividade positiva para os bijagós, é essencial que haja monitoramento das atividades turísticas e investimentos em infraestruturas nas comunidades envolvidas, além de incorporar suas intenções e perspectivas. Entretanto, a localização geográfica das ilhas e a escassez de meios de transporte tornaram a região de difícil acesso, favorecendo atividades ilícitas. A ausência de fiscalização torna as ilhas vulneráveis, permitindo a instalação de rotas clandestinas e o uso das ilhas como áreas de transbordo. Essas práticas desestruturam as bases sociais, corrompem as autoridades locais e introduzem valores externos à cultura nativa, facilitando o surgimento da violência e comprometendo o controle social.

Essa transformação também se manifesta nas construções voltadas ao turismo. Embora adotem elementos da cultura local, frequentemente os símbolos considerados “patrimônio cultural local” (como estatuetas, conchas, mariscos e máscaras de dança tradicional), são

expostos de forma descontextualizada, desrespeitando sua importância e significado para os próprios moradores. Além disso, construção em áreas florestais e praias têm limitado o acesso às práticas culturais tradicionais, afetando diretamente a relação intrínseca da sociedade bijagó com a floresta e o mar, fundamentais para atividades econômicas, religiosas e culturais.

Em síntese, pode-se compreender que a territorialização não deve ser entendida apenas em seu aspecto negativo. No entanto, neste caso, trata-se de um processo que o capital se territorializa, modificando os espaços e as ideias das comunidades locais, levando-as a perder de forma rápida suas características culturais. Esse sistema está sendo inserido de forma rápida nas comunidades locais, provocando um desvio nos modos de organização social. Essa abordagem revela que, para o capitalismo, é essencial dominar e controlar todas as formas de produção e reprodução, visando a mudança na lógica das relações. O que pretendemos com esse artigo é descrever esse processo a partir de uma visão crítica, entendendo que para que as atividades turísticas não sejam mais um capítulo da pilhagem colonialista sobre África, é preciso que elas estejam baseadas nos saberes, perspectivas e intencionalidades das próprias comunidades que sustentam, criam e cuidam destes lugares.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alexandre. **Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural**. e-cadernos CES, n. 15, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/955>. Acesso em: 29.07.2024. AGROTEC. 2023. Disponível em: <https://www.agrotec.pt/noticias/o-arroz-na-guine-bissau-especies-cultivares-sistemas-de-producao-e-desafios-face-as-alteracoes-climaticas-bibliografia/>. Acesso em: 13.09.2025.

ARAÚJO, Wilson Alves de et al. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 04, p. 05-18, 2017. <https://www.scielo.br/j/inter/a/LPnFdBHDCPb48ZQ4RHCWYWv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20.27.2025.

BARRETTO, Margarita et al. **Turismo e antropologia: novas abordagens**. Papirus Editora, 2019. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=SfW2DwAAQBAJ&lpg=PT2&ots=KqEhjFc9mq&dq=Valente%20Smith%2C%20hosts%20and%20guests%20\(1977\)&lr&hl=pt-BR&pg=PA1#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=SfW2DwAAQBAJ&lpg=PT2&ots=KqEhjFc9mq&dq=Valente%20Smith%2C%20hosts%20and%20guests%20(1977)&lr&hl=pt-BR&pg=PA1#v=onepage&q&f=false). Valente Smith

BENINCÁ, Mainara da Costa; CESAR CLEMENTE, Evandro. A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA EM RIO VERDE -GO. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 38, p. 230–249, 2020. DOI: 10.5216/revgeoamb.i38.64655. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/64655>. Acesso em: 17 fev. 2026.

CANTO, Rafael Antunes do. **Os bijagós da Guiné-Bissau: ancestralidade, cultura marítima e resistência histórico-cultural**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213056> acesso em: 20.05.2024.

CARDOSO, Augusto. **Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**. Revista Brasileira de Administração Política, v. 6, n. 1, p. 71-71, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15576/10694>. Acesso em: 20.04.2024.

CARDOSO, Augusto. **Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na guiné-bissau**. 2010. Dissertação de Mestrado em administração, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7642/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%2001.pdf>. Acesso em: 20.05.2024.

CARDOSO, F. L. M. **Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do Poder**. CODESRIA Books Publication System, 2008. Disponível em: CODESRIA. <https://doi.org/10.57054/codesria.pub.158>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Brasiliense, 2017.

CARVALHO, João Paulo; MADEIRA, Branco. A gestão do espaço e da propriedade tradicional no arquipélago dos bijagós. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/a1fc30fadcb12cb8fa92908694599679/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 22.04.2025.

DE SOUZA SOARES, Cristiane. **Qualidade de Vida–Realidades e Conflitos do Turismo na Paisagem Litorânea: O Caso de Saquarema-RJ**. 2009. Tese de Doutorado. [sn]. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/296853800>. Acesso em: 20.03.2025.

DJASSI, Celeste. **Turismo de base comunitária e políticas públicas: Limites e possibilidades na Ilha de Bubaque, Guiné-Bissau**. 2022. 151 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4161>. Acesso em: 20.03.2025.

DOMINGOS, Luis Tomas. **A visão africana em relação a natureza**. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 07.06.2024.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. *Agricultura em São Paulo, São Paulo*, 2004, 51.2: 15-26. Disponível em: https://codap.ufs.br/uploads/page_attach/path/8695/8_DOC_3_ANO_TEXTO_NO_O_DE_NATUREZA_AMBIENTE_ETC..pdf. Acesso em: 20.05.2024.

DURKHEIM, Emile, 1858-1917. **Educação e Sociologia** / Emile Durkheim; Tradução de Stephania Matousek. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 - (Coleção Textos Fundantes de Educação).

Em 10.11. 2023 DW. <https://www.dw.com/pt-002/novas-den%C3%BAncias-sobre-turismo-sexual-na-guin%C3%A9-bissau/a-67371727>. Acesso em: 10.04.2026.

EM 24.02.2017 DW. <https://www.dw.com/pt-002/ministro-do-turismo-da-guin%C3%A9-bissau-nega-narcotr%C3%A1fico-nos-bijag%C3%B3s/a-38107433>. Acesso em: 10.04.2026.

EVANS, C. Stephen. 2004. **Dicionário de Apologética e Filosofia da Religião**. São Paulo, SP: Editora Vida.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Refletindo a dimensão espacial do turismo a partir das lógicas de apropriação dos espaços dos seus agentes sociais. **V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/65.pdf>. Acesso em: 10.06.2026.

FULANO, Leoníldia dos Anjos Fidalgo. **Turismo cultural e os seus impactos nas comunidades receptoras: Kazunguidwe-zunguidwe kwa makhalidwe na bzithandauzo bzace kumadiamento ya anyakutambira**. NJINGA e SEPÉ: **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, v. 3, n. 2, p. 63-76, 2023.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**, v. 16, 2005. Disponível em: https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf. Acesso em: 04.05.2024.

GUINÉ-BISSAU: **estudo revela impactos negativos da atividade turística no Arquipélago dos Bijagós** (IMVF e TININGUENA, 2013).

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. RJ: Bertrand, 2014.

HARVEY, David et al. A liberdade da cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 13, n. 2, p. 09-18, 2009.
INE – documentos da agricultura. Disponível em: https://www.stat-guinebissau.com/Menu_principal/Publica%C3%A7%C3%B5es/relatorios.html. Acesso em: 10.01.2025.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos avançados**, v. 27, p. 123-132, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nvGYw5bknwggkcZ6QTrjyWv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15.08.2025.

LEFF, Enrique. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. Educação e realidade**, 2009, 34.03: 17-24. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v34n03/v34n03a03.pdf>. Acesso em: 20.05.2024.

LIEPIETZ, Alain. **A Ecologia Política, solução para a crise da instância política?** Editorial/Editor: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Capítulo do livro. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930021553/2lipietz.pdf>. Acesso em: 20.05.2024.

NORT, Albertina Eleane. **A Cosmovisão indígena como elemento orientador da administração sustentável**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48799/1/Monografia_AEN.pdf. Acesso em: 05.06.2023.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; LIMA, Wuelliton Felipe Peres. **Territórios de Resistência: ações dos movimentos socioterritoriais agrários e urbanos contra processos de desterritorialização na pandemia**. Revista NERA, v. 28, n. 01, p. e10721, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nera/a/vLt7PHYX44sCMYWfd5tPYfc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20.01.2026.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural. Uma visão antropológica**, p. 2, 2009. (Theron Nuñez)

RÁDIO SOL MANSI. **Ministro do turismo denuncia aliciamento de menores e exige câmeras de vigilância nos espaços turísticos**. Disponível em: <https://www.facebook.com/radiosolmansi.net/posts/turismo-ministro-do-turismo-denuncia-aliciamento-de-menores-e-exige-c%C3%A2maras-de-v/1267960318676644/>. Acesso em: 21.05.2026.

RADIO TV BANTABA. Disponível em: <https://www.facebook.com/radiobantaba/posts/estudantes-denunciam-restri%C3%A7%C3%B5es-de-aceso-%C3%A0-praia-de-bruce-em-bubaquea-alegada-l/1289745119981567/>. Acesso em: 29.05.2026.

RAMOS, Francisco Martins. **Turismo e Cultura**. Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 20, p. 91-98, 2013. (Theron Nuñez).

RFI. 07.12. 2025. <https://www.rfi.fr/pt/programas/reportagem/20251207-guin%C3%A9-bissau-do-promissor-ao-prec%C3%A1rio-turismo-afectado-pelo-alegado-golpe-de-estado>. 10.05.2026.

SANSOLO, Davis Gruber; DA CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Geografias do turismo no vasto continente africano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Nº 29, v. 15, n. 2, p. 171-186, 2011.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território. Território, Territórios: ensaio sobre o Ordenamento Territorial**. (2007b), Capítulo 1: Editora Lamparina, 2007, p.13-21.

SARAIVA, Clara. **os sítios sagrados no arquipélago dos bijagós**. 2015. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/2337958/sitios_sagrados_2_.pdf. Acesso em: 06.08.2024.

SANÓ, Lassana. **A Valorização o do conhecimento das mulheres sobre a gesta o tradicional das conchas no Arquipélago dos Bijagós**, 2020. Sociólogo. Disponível em: https://wli.wwt.org.uk/wpcontent/uploads/2020/12/relatorio_conchas_urok_paginacao_020218_ma-1.pdf. Acesso em: 20.04.2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.